

Alerta Legislação nº 01, de 1º a 6 jan. 2018
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 63.140, DE 4 DE JANEIRO DE 2018**

Dá nova redação ao inciso I do artigo 8º do [Decreto nº 34.064, de 28 de outubro de 1991](#), de regulamentação da [Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991](#), que institui o auxílio-alimentação

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
05/01/2018	<u>LEI Nº 13.590, DE 4.1.2018</u> Autoriza o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a adquirir da Caixa Econômica Federal instrumento de dívida para enquadramento no nível 1 do Patrimônio de Referência; acrescenta inciso XIV ao art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para atribuir ao Conselho Curador do FGTS competência para autorizar e definir as condições financeiras e contratuais a serem observadas na aplicação de recursos do FGTS em instrumentos de dívida emitidos pela Caixa Econômica Federal; e altera o § 5º do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para atribuir à Caixa Econômica Federal a corresponsabilidade pela execução do trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos implantados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). <u>LEI Nº 13.589, DE 4.1.2018</u> Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes. Mensagem de veto
04/01/2018	<u>LEI Nº 13.588, DE 3.1.2018</u> Altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.
03/01/2018	<u>LEI Nº 13.587, DE 2 DE JANEIRO DE 2018</u> (*) Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018. Mensagem de Veto (*) <i>Esta Lei e seus Anexos serão publicados em Suplemento à presente Edição.</i>

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Fazenda (MF)	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.780, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o pagamento e o parcelamento de débitos relativos à diferença devida do imposto sobre a renda retido na fonte a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.778, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural de que trata a Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.777, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
06/01/2018	<u>LEI Nº 16.633, DE 05 DE JANEIRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 1539, de 2015, do Deputado Roberto Engler – PSDB) Institui o “Mês Dezembro Vermelho” <u>LEI Nº 16.632, DE 05 DE JANEIRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 1447, de 2015, do Deputado Wellington Moura – PRB) Institui o selo “Amigo do Esporte” no Estado VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 879, DE 2017</u> (...) De iniciativa parlamentar, a propositura objetiva autorizar o Poder Executivo a utilizar e ceder os ônibus escolares, no período de férias, para atividades culturais e desportivas. (...) VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 136, DE 2017</u> (...) De iniciativa parlamentar, a propositura objetiva alterar a Lei nº 8.074, de 21 de outubro de 1992, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 761, DE 2017

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Armando Vicensotti" ao viaduto no retorno em desnível localizado no km 155,800 da Rodovia Professor Zeferino Vaz – SP 332, em Artur Nogueira.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 492, DE 2017

(...)

De origem parlamentar, a propositura cria a Academia Preparatória de Guardas Civas Municipais da Região Metropolitana da Baixada Santista

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2017

De origem parlamentar, a medida regulamenta as atividades das farmácias, autorizando a prestação dos serviços e procedimentos que especifica, e dá outras providências.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 824, DE 2016

(...)

A despeito dos inegáveis méritos da pessoa que se pretende homenagear, bem ressaltados na justificativa apresentada, deixo de acolher a medida, pelos motivos abaixo expostos.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 656, DE 2016

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Geni Cunha" à Escola Estadual do bairro Cubatão, em Cananéia.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2016

(...)

De origem parlamentar, a propositura objetiva atribuir a denominação de "Prof. João Ernesto de Almeida Vanni" à Escola Estadual localizada no bairro Jardim Águas Claras, em Bragança Paulista.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 661, DE 2015

(...)

De origem parlamentar, a propositura dispõe sobre o exercício da profissão de podólogo, estabelecendo os requisitos para o desempenho do ofício (artigo 2º, 6º e 7º) e disciplinando as funções e os deveres do profissional (artigos 3º e 5º).

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 411, DE 2013

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura objetiva autorizar o Poder Executivo a criar e implantar um Centro Avançado de Estudo e Capacitação de Educadores da rede pública de ensino no Estado para

	inserção escolar de alunos portadores de autismo ou diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista. (...)
05/01/2018	<u>DECRETO Nº 63.140, DE 4 DE JANEIRO DE 2018</u> Dá nova redação ao inciso I do artigo 8º do Decreto nº 34.064, de 28 de outubro de 1991, de regulamentação da Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991, que institui o auxílio-alimentação <u>DECRETO Nº 63.139, DE 4 DE JANEIRO DE 2018</u> Fixa o valor do auxílio-alimentação, instituído pela Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 02, DE 04-01-2018</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
04/01/2018	Projeto de lei nº 902, de 2017 (Proposta Orçamentária para 2018) DOE, Legislativo (Suplemento), 04/01/2018, p. 1
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
05/01/2018	<u>LEI Nº 16.787, DE 4 DE JANEIRO DE 2018</u> (Projeto de Lei nº 41/17, dos Vereadores Alessandro Guedes – PT, Alfredinho – PT, Gilberto Nascimento – PSC e Rinaldi Digilio – PRB) Dispõe sobre a proibição da comercialização do cachimbo de água egípcio conhecido como narguilé aos menores de dezoito anos de idade, e dá outras providências <u>LEI Nº 16.786, DE 4 DE JANEIRO DE 2018</u> (Projeto de Lei nº 611/17, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Dispõe sobre a outorga e a gestão de concessão para confecção, instalação e manutenção de elementos do mobiliário urbano que especifica, a título oneroso e com exploração publicitária, bem como altera o art. 22 da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006. <u>DECRETO Nº 58.066, DE 4 DE JANEIRO DE 2018</u>

	Dispõe sobre os Projetos de Intervenção Urbana previstos no § 1º do artigo 2º da Lei nº 16.211, de 27 de maio de 2015 , bem como sobre a análise dos processos de licenciamento que especifica
04/01/2018	DECRETO Nº 58.065, DE 3 DE JANEIRO DE 2018 Concede desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU referente ao exercício de 2018. LEI Nº 16.781, DE 3 DE JANEIRO DE 2018 (Projeto de Lei nº 854/17, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Institui o Programa de Parcelamento de Multas de Trânsito – PPM.
03/01/2018	LEI Nº 16.780, DE 2 DE JANEIRO DE 2018 (Projeto de Lei nº 587/15, do Vereador Natalini – PV) Proíbe a oferta de embutidos na composição da merenda de escolas e creches da rede pública municipal e dá outras providências.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107